

DOCUMENTO: CEBs

Uma inversão radical

Página 8

A BATALHA DA INFORMÁTICA

Página 5

ENSAIO: ECUMENISMO

Unidade Cristã e Reconciliação Social

Tenho muito a agradecer por este ano à Revista **Tempo e Presença**, o **Aconteceu**, sempre comunicando, trazendo até nós fatos e assuntos importantes, formativos, críticas.

Digo que o esforço de vocês coletarem, classificarem notícias, elaborarem matérias, renovarem, etc. — vale a pena, porque enriquece a nós todos.

Elisabeth (Pindamonhangaba-SP)

Integro a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese, também fazendo parte do MPC — Movimento dos Profissionais Cristãos, aqui no Recife. E tenho muito orgulho de ter conhecido um dia, na PUC do Rio de Janeiro, o Jether Pereira Ramalho, da equipe **Tempo e Presença**.

Como cristão, inquieta-me sobremaneira o momento presente, quando observo Roma parecer desejar interromper tanto o processo de desenvolvimento do ecumenismo no Mundo quanto os aprofundamentos analíticos que estão sendo feitos a partir dos ensinamentos bíblicos, com base em categorias diferenciadas do enfoque metafísico tradicional. Apesar dos pesares, continuo confiando na própria emergência de um novo cristianismo, onde a essência seja preservada, passageiras se tornando as circunstâncias de cada momento histórico.

Apresentando os protestos de consideração e apreço, agradeço antecipadamente as atenções dispensadas, ficando desde agora solidário com essa tão fecunda iniciativa.

Fernando Antônio Gonçalves
(Recife — PE)

Tenho em mãos a revista **TEMPO E PRESENÇA**, nº 194, do mês de outubro/novembro, sobre Comunicação e Igreja.

O Setor de Comunicação da CNBB está preparando um Seminário sobre "Assembleia Eletrônica". Achei importante que os par-

ticipantes tenham em mãos esta revista. Poderia colaborar na reflexão da temática proposta.

Ir. Maria da Glória Bordeghini
(Brasília — DF)

Milton Quintino, no seu interessante artigo "A Igreja Eletrônica" (**Tempo e Presença**, out./nov. 1984), escreve, como se fosse verdade verdadeira — pesquisada e confirmada, portanto —, que o Missionário Manoel de Mello transmite "cultos diários"... por 250 emissoras de rádio em todo o país".

O autor repete o mesmo erro de articulistas de outros periódicos que simplesmente transcrevem dados da imaginosa filosofia aritmética de Manoel de Mello, dando ao leitor, por conseguinte, a errônea impressão de que os números citados são os do próprio periódico e que seriam, portanto, confiáveis. (Ver, por exemplo, a reportagem sobre o marketing da fé, no nº 396 de **Isto É**.)

A verdade é, porém, que Manoel de Mello não pode provar — citando prefixos e horários de emissoras — que ele mesmo fala diariamente em sequer uma dezena de rádios.

Há pouco mais de um ano, Manoel de Mello declarava a **Isto É** (edição de 19.10.83), que tinha "3 milhões de adeptos" no país. Na **Isto É** nº 396, nove meses depois, ele dizia que tinha "1,5 milhões de adeptos". Três meses depois, ele afirmava ao **Estado de S. Paulo** que tinha "mais de dois milhões" de membros.

O mesmo erro de **Isto É** e de **Tempo e Presença** foi cometido pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, aos 14.10.84, na reportagem de página inteira sobre Manoel de Mello. Sem deixar claro que o repórter Luiz Fernando Emediato estava simplesmente transcrevendo algarismos que lhe foram dados por Manoel de Mello, o "Estado" dá a falsa impressão de que tais números foram levantados pelo próprio jornal, o que não foi o caso.

Em carta-resposta ao referido jornal, de 21.10.84, Manoel de

Mello, valendo-se dessa imprecisão jornalística, escreve com a maior cara de pau: "Gratificou-nos a reportagem quando fez justiça informando ao Brasil que a Igreja "O Brasil para Cristo" tem dois milhões de fiéis em todo o território nacional confirmando assim que somos a terceira força religiosa deste país" (sic).

A verdade é, porém, que Manoel de Mello não pode provar que sua igreja tem sequer 500 mil membros.

Numa recente "publicação especial" sem data, chamada **A Bem da Verdade**, Manoel de Mello volta a publicar uma inverdade já tantas vezes desmentida (inclusive por Colin Smith, editor do **Guinness Book of Records**), de que seu templo evangélico do mundo, "podendo abrigar mais de 25 mil pessoas".

A verdade é, porém, que o templo propriamente dito tem somente 4.670 metros quadrados. Descontando a enorme plataforma que ocupa este espaço bem como os largos corredores regulamentares, é evidente que muito menos que 10 mil pessoas caberiam sentadas nos seus bancos.

Finalmente, **A Bem da Verdade** (sic) não desmentiu, tampouco, a declaração de Manoel de Mello, no mesmo "Estado" de 14.10.84, de que ele falou "18 horas (sic) consecutivas (sic) durante uma reunião do Conselho Mundial de Igrejas"...

Estas imprecisões aritméticas, geradas na competição megalomaniaca entre grupos pentecostais, só servem para chacotear ainda mais a grei evangélica, desacreditando-a perante um público já farto de caudilhismos de qualquer espécie.

Dada a credibilidade nacional e internacional de **Tempo e Presença**, creio que esse periódico pioneiro presta um serviço a toda a Igreja quando ajuda a manter a integridade dos dados estatísticos da religião em nosso país.

Jaime Wright
(São Paulo — SP)

tempo e presença

CEDI
número 196
janeiro/fevereiro
de 1985

CEDI
Centro Ecumênico de
Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ
Av. Higienópolis, 983
Telefone: 66-7273
01238 - São Paulo - SP

Conselho Editorial
Aloizio Mercadante Oliva,
Jether Pereira Ramalho,
José Oscar Beozo,
Rubem Alves,
Zwinglio Mota Dias.

Editores
Luiz Roncari
José Ricardo Ramalho

Produção Visual e Gráfica
Sérgio Alli

Revisão e Copy Desk
Maria Isabel V.B. de Almeida

Sagarana Editora Ltda.
Av. Nazareth Paulista, 146,
sala 4
05448 - São Paulo - SP

Composição e Impressão
Cia. Editora Joruês

Nota: Na edição de nº 195, por falha nossa não foi publicado o crédito de fotos. A foto da página 6 é de Grajina e as fotos das páginas 15 e 17 são de Vincent Carelli.

NÃO PASSARÃO!



Este selo representa o nosso
protesto contra a intervenção
militar na Nicarágua

Nós e a Constituinte

Pouco antes deste editorial ser escrito, o novo presidente do país, eleito pelo Colégio Eleitoral, Tancredo Neves, acabava de dar uma entrevista coletiva para jornalistas brasileiros e estrangeiros. Sem considerar a importância do que disse ou não disse, o simples fato de se propor a responder às perguntas mais delicadas e abarcando os mais diferentes aspectos da vida da nação, sem a empulhação das seleções e preparações prévias das respostas, como acontecia com as competências militares dos governos anteriores, já indica uma mudança na política do Estado. Também não é a questão de já se julgar antecipadamente se será para pior ou melhor, o que podemos adiantar com o indicativo dado pela entrevista é que a “nova” política terá um **discurso**, diferente do silêncio autoritário e da verdade tecnocrática apoiados na força militar dos governos anteriores. E não será um discurso construído com razões bentas pela nobreza da causa ou apoiado em valores morais, mas será um discurso **político** em todos os sentidos: não serão mais imperativos tipo segurança nacional ou destino de potência que imprimirão ou justificarão os rumos das decisões, mas a preservação e fortalecimento do bloco construído em torno do novo Presidente; os reforços poderão vir tanto da direita quanto da esquerda, os limites dos excluídos já foram estabelecidos, à direita, os malufistas e, à esquerda, os petistas mais radicais; o sentido da política desse bloco será as reformas possíveis com vistas a corrigir as distorções mais flagrantes provocadas pela política dos governos militares; os pontos que juntam direita e esquerda dentro do bloco são

a preservação do capitalismo e iniciativa privada, para os primeiros, e a democratização do jogo político com a promoção de algumas reformas sociais, para os segundos. E a força de convencimento do discurso será dada pelo apoio de camadas intelectuais e artísticas importantes à implantação da nova ordem: mais democrática, mais justa, mais legítima, mais arejada, mas também mais sutil no uso dos meios de comunicação; mais indireta na busca do convencimento, mobilizando para tanto as camadas intelectuais (jornalistas, professores, escritores, artistas, etc.) que acreditaram e aderiram à campanha da Nova República; e, mais complexa, porque, ao discurso vazio da propaganda, as novas palavras terão, por pequeno que seja, algum ato por trás delas.

Diante dessa nova realidade, as camadas populares e suas diferentes formas de representação (entidades, sindicatos, partidos políticos e setores das igrejas identificados com elas) terão também que desenvolver seus discursos: exprimir suas vontades tornando-as políticas; esclarecer seus interesses, pensando em formas capazes de concretizá-los; exercitar e desenvolver a capacidade de convencimento, aliada à de mobilização e pressão; e tendo sempre consciência de que não basta se considerar o **dono da verdade** e reconhecer a **justeza da causa**, assim como não basta o simples arrolamento de razões poderosas no discurso melhor arranjado que seja. São necessários os **meios** de fazê-lo circular, ter uma política para conseguir romper a barreira dos existentes e criar novos. O desafio,

editorial

Nós e a Constituinte

portanto, não é apenas para a nova política do Estado, mas também para as camadas populares: de conseguir expressar, difundir e convencer o **outro** da validade de seus interesses. Fora isso, só há uma política alternativa: tentar eliminar o **outro** como agente político, que será o primeiro e definitivo passo para uma nova ditadura.

Como consideramos que a expectativa despertada pela possível convocação de uma **Constituinte** fará com que esse debate de interesses e políticas divergentes se dê em torno dela, quer dizer, todos os agentes políticos tentarão fazer com que ela contemple ao máximo suas propostas, manteremos a partir do próximo número da **Tempo e Presença** uma seção permanente sobre os **Interesses Populares e a Constituinte**. Será uma seção aberta às entidades representativas dos movimentos populares e suas lideranças, para que procurem nela as formas de tornarem seus direitos e reivindicações no verdadeiro objetivo nacional,

superar o fosso entre a pequena elite que tem acesso aos bens econômicos e culturais e a grande massa da população, e não mais aqueles objetivos traçados por conselhos de segurança e escolas de guerra, que colocam a nação ao serviço do Estado e não o contrário, desvirtuando completamente as relações entre o cidadão e as instituições.

Esse será o acréscimo maior no nosso projeto editorial. Pelo retorno que temos tido, deveremos mantê-lo nos moldes dos últimos números: parcialmente temático, combinado com artigos de conjuntura e material para trabalho usado pelos diversos Programas do CEDI. Como os números temáticos exigem textos mais elaborados, pesquisados e aprofundados, consideramos que será mais viável uma revista bimensal com mais espaço (maior número de páginas), o que nos permitirá desenvolver e tratar melhor os temas, do que como vínhamos fazendo até aqui com uma revista mensal.

5 A BATALHA
DA INFORMÁTICA
Luiz Carlos de Menezes

9 Documento: CEBs
UMA INVERSÃO
RADICAL
Antonio Gouvêa Mendonça

13 Ensaio: Ecumenismo
UNIDADE CRISTÃ E
RECONCILIAÇÃO SOCIAL
José Mígues Bonino

20 Bíblia Hoje
MENSAGEM DA VII ASSEMBLÉIA
DA FEDERAÇÃO LUTERANA
MUNDIAL,
DE 1984, ÀS IGREJAS
LUTERANAS DO MUNDO

JESUS CRISTO A VIDA DO MUNDO

Edin Sued Abumansur e Julio de Santa Ana (orgs.) — São Paulo: Ed. Sagarana, 1984, 128 p. Este livro, é o resultado da Semana de Reflexão sobre Ecumenismo realizada em abril de 1983. O livro traz as palestras de Oscar Beozzo, Julio de Santa Ana, Zwinglio Mota Dias, Jether P. Ramalho, Frei Betto, Antonio Mendonça, Rubem Alves entre outros.

Preço: Cr\$ 5.000
Pedidos para o CEDI



Este ano o Congresso aprovou um projeto de lei reservando, parcialmente, o mercado da informática para a indústria nacional.

Os interesses que estavam por trás (e na frente) dessa iniciativa não ficaram muito claros para o leitor comum da imprensa. Luís Carlos de Menezes, físico especialista no assunto e em questões ligadas à educação e energia, tenta com muita clareza desvendar os diferentes interesses dos diferentes agentes que se movimentaram na cena a favor ou contra a aprovação do projeto. Ultrapassando a velha argumentação "nacionalista" com que tentaram envolver o debate, o articulista procura os interesses reais do projeto, e tenta responder à pergunta: quais seriam os interesses populares na sua aprovação?

A BATALHA DA INFORMÁTICA

Luiz Carlos de Menezes

Este relato poderia ter sido intitulado Asterix e o Monocristal de Germânio, contando mais um feito do pequeno herói nacionalista em quadrinhos. Acontece que as coisas não são bem assim e é difícil enquadrar como mocinho e bandido os velhos arquétipos de nacionalistas, entreguistas e imperialistas.

Ao lado da sofisticação tecnológica da questão, mais aspectos dificultaram a compreensão pública da disputa em torno do **projeto de lei que tramitou no congresso tratando da reserva parcial do mercado brasileiro de informática**. Primeiro, que foi uma autêntica "briga de branco"; capital **versus** capital, ministério **versus** conselho de segurança. Segundo, que a tentativa de popularizar a questão esbarrou na complexidade política; **joint-ventures**, desenvolvimento dependente ou desemprego tecnológico, constituem um jargão impronunciável em palanques.

Com estas e outras, o povo ficou de fora desta guerrilha de paletó e gravata travada nos bastidores do poder. É indiscutível, porém, que os interesses populares estão em jogo e isto torna importante discutir a questão, mesmo que não seja fácil "trocar-la em miúdos".

O que está(va) em jogo

O que vem à cabeça do cidadão, quando ouve falar de informática, é computador, e isto é realmente uma boa parte da questão. Há um quarto de século que o Brasil importa computadores para fazer coisas tão diversificadas como contas de luz, certidões imobiliárias, folhas de pagamento, notificações de impostos, controles de estoque, balanços comerciais, carnês de crediário, fichários policiais, cálculos de engenharia ou pesquisas de mercado.

Antes dos computadores, este serviço era feito manualmente ou pelo que

se chama contabilidade mecanizada. Há quase quarenta anos que notificação de pagamento se chama "Olerite" (Hollerith) entre funcionários. O que poucos sabem é que Hollerith é o antigo nome da IBM (International Business Machines), que foi a empresa que introduziu os computadores no Brasil, a partir do controle que tinha do mercado de máquinas contábeis. O domínio que esta multinacional exerceu aqui e noutros países foi tal, que ela só não tomou conta do que não lhe interessava. Hoje há muitas multinacionais na disputa, a IBM ainda detém a parte do leão mas a coisa se complicou.

Há trinta anos, uma máquina que tivesse a capacidade de uma calculadora de bolso atual, que custa um salário mínimo, teria o tamanho de um caminhão e custaria mais que uma frota de caminhões. A revolução industrial que permitiu esta miniaturização no tamanho e no preço destes equipamentos es-

tá apoiada nos progressos da microeletrônica que substituiu as velhas válvulas termoiônicas por microcircuitos reproduzidos aos milhares, com todos os componentes eletrônicos sobre um único monocristal semicondutor. Esta "democratização" microeletrônica faz proliferar, nos países centrais, uma oferta diversificada de equipamentos industriais, comerciais, ou aparelhos de uso pessoal e doméstico (medidores, registradoras, relógios, fonógrafos, etc.) que se já tinham incorporado a tecnologia de "estado sólido" e os circuitos integrados agora incorporam a "digitalização", ou seja, o processamento numérico dos sinais eletrônicos. Em pouco tempo estes aparelhos "digitais" podem se tornar melhores e mais baratos que os "analógicos".

Isto muda, evidentemente, os termos da questão. Já não se trata unicamente de disputar parte do mercado bilionário de processamento de dados, não só o filé mas o boi inteiro está em jogo. Da indústria eletrônica até bancos e serviços, passando por processos de automação da indústria mecânica/metallúrgica, têxtil, gráfica, imprensa, rádio e TV, telefonia, diversões, segurança, realmente quase tudo.

Mesmo que se tratasse "só" do processamento de dados, já valeria a disputa, porque não há, por exemplo, um único brasileiro (dos que ganham salário, compram a crédito ou pagam a conta da água) que não tenha seu nome "processado" várias vezes por mês. Isto significa bilhões de cruzeiros por mês e um mercado de trabalho com dezenas de milhares de pessoas no setor. Isto significa um bilhão de dólares por ano na conta de importação de equipamentos e "serviços" e pode significar

uma profunda, total e definitiva dependência num setor vital que, entre coisas, controla o elemento estrategicamente vital da sociedade moderna, a informação.

A disputa se centrou, especialmente, nos últimos anos, em torno de projetos de lei que procuram garantir que uma pequena fatia do mercado "informático", correspondente a pequenos computadores, tivesse sua demanda suprida por empresas brasileiras que, mesmo operando com tecnologia importada e componentes importados, buscassem uma gradual nacionalização de seu produto. É claro que esta "reserva de mercado" perturbaria poderosos interesses e beneficiaria outros interesses não de todo desprovidos de poder. Armou-se, então, o coreto para uma contenda de despecho recente, e de grande interesse didático. Nela mostraram a cara e as armas velhos e novos protagonistas do jogo do poder. Nela poderemos identificar seus alinhamentos na nova e complicada fase que se estabelecerá quando os militares apearem de suas alimárias (que por certo continuarão ensilhadas) e quando for discutida a sério e em profundidade uma política industrial neste país.

Os protagonistas, seus motivos e seus métodos

Os contendores da informática são extremamente diversificados tanto na razão como nos modos de atuar. Ofertas de emprego, vantagens estratégicas, "lobbies" de pressão ou discurso ideológico, houve tudo quanto é arma. Ao invés de buscar uma descrição impressionista e difusa do combate, parece mais elucidador centrar o foco nos protagonistas:

A SEI, Secretaria Especial de Informática, órgão ligado ao Conselho de Segurança Nacional e, portanto, à Presidência da República, foi o quartel general da luta pró reserva de mercado. De certa forma foi criada para isto, após o insucesso de órgãos semelhantes para resistir a pressões internas e externas. Nela se concentrou o nacionalismo residual do alto escalão das forças armadas, com apoio de setores do Estado Maior e incorporando aos poucos lideranças civis de extração acadêmica e técnico-burocrática. Dentro dela, como de suas precursoras, a visão da questão não era unívoca, havendo dissenções internas.

A motivação central da SEI foi inequivocamente a de criar uma estratégia nacionalista e sua principal arma foi sua proximidade e familiaridade com o poder central. Sua fragilidade advém igualmente da tibieza política deste poder, identificado com forças reacionárias e permeável a pressões internacionais. Entre suas iniciativas vale mencionar o estabelecimento de uma aliança tácita e tácita com setores de capital, que identificaremos adiante, ao mesmo tempo em que dava início a um laboratório industrial ou, mais precisamente, a um centro de tecnologia de informática em Campinas.

Há pouco mais de um ano a SEI iniciou uma nova manobra, já afinada com os novos tempos, que foi o tentar grangear apoio social mais amplo; iniciativas como o simpósio no senado, artigos de imprensa, entrevistas na TV, conseguiram que, quando da votação da lei, já se houvesse estabelecido uma razoável polarização. Tão mais importante foi isto, se se considerar que a es-

ta altura não havia mais qualquer unidade no governo, deflagrado internamente pela candidatura de Maluf que, se eleito, desarticulária a SEI antes mesmo de tomar posse.

Os setores de capital estiveram divididos, em parte por interesses claramente conflitantes, em parte por desinformação e equívocos naturais ou manipulados. Em franca oposição estava, é claro, a IBM e congêneres do grande capital internacional. A IBM, particularmente, sendo a grande fornecedora de determinados equipamentos e, pelo seu gigantismo, inadequável a uma demanda excessivamente diversificada, gostaria mesmo é de poder continuar a dominar o mercado, condicionando este a sua capacidade de oferta.

Claro apoio à reserva veio de parte do setor terciário, particularmente do capital bancário, que se aliou à SEI há algum tempo. Os dirigentes mais lúcidos deste setor, beneficiário maior da orgia especulativa de nossa economia inflacionária, investiram pesadamente em modernização e, além de informatizar o setor, partiram para uma iniciativa produtiva, semeando na área industrial o excedente da área financeira (Itautec, p.ex.). Para estes, a reserva de mercado era essencial, tendo como aliados emergentes, sem poder maior de influência, muitas pequenas novas empresas nacionais do setor informático. Ao que parece, até mesmo algumas empresas internacionais, as fornecedoras de componentes, viram com simpatia a reserva de mercado, que lhes garantia o mercado... Em contrapartida, empresas nacionais de prestação de serviços de computação, temendo o encarecimento das máquinas com a nacionalização parcial, não esconderam sua oposição ao projeto de lei.

O setor secundário, o capital industrial, esteve em geral desnortado e acabou tendo na FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) seu principal representante. Esta se opôs claramente à reserva, numa equivocada "auto-defesa" contra a dianteira informático-industrial do capital bancário. Neste caso, está menos em questão a disputa do "mercado informático", propriamente dito, mas sim a possibilidade de adquirir informática como bem de capital no mercado internacional e a menor custo. A FIESP de fato representou o interesse de algumas empresas de grande porte, algumas delas multinacionais, já que boa parte de suas "representadas" estava alienada da questão. O golpe mais duro nas intenções da FIESP foi, sem dúvida, a proibição das joint-ventures que, se autorizadas, seriam alavancas com as quais a reserva de mercado seria arrombada na prática.

É preciso compreender que a obsolescência (em termos internacionais) do parque industrial brasileiro não é algo que se restrinja à informatização, automação, robotização, etc., é de caráter estrutural, necessário, e seria proibitivamente antieconômico tentar superar esta obsolescência relativa a curto prazo. Por outro lado, mantido este caráter, a informatização deste parque não pode seguir o fator de escala das economias centrais. Noutras palavras, a diversidade quase aleatória de equipamentos implica em que as tentativas de informatização sejam feitas a partir de uma competência doméstica distribuída. Esta competência, por sua vez, só pode se estabelecer a partir de efetiva reserva de mercado. Em resumo, os interesses da indústria nacional acaba-

ram sendo bem servidos nesta questão, apesar da FIESP.

A indústria bélica brasileira, competindo (o que é triste) num mercado internacional de armas extremamente sofisticadas, necessita a todo custo de maior competência informática nacional e, sem dúvida, apoia a reserva principalmente por esta razão, num momento em que Avibrás e Enfesa seguem as pegadas do bem sucedido "modelo" Embraer.

A direita tradicional, antiestatal e antinacionalista, abriu todas suas baterias, como os jornais **O Estado de São Paulo** e **Jornal do Brasil**, contra o projeto e patrocinou velhos entreguistas como Roberto Campos (remember Bob Fields & Hanna Corp., 1964). Esta direita operou em uníssono com os governos americano e alemão que, de forma direta e pouco diplomática, beiraram a ameaça de retaliações contra o projeto de lei. Por temer ver seu império (concessões de rádio e TV, telefonia, etc.) ameaçado por qualquer legislação restritiva, também o Ministério das Comunicações aliou-se, desde o começo, com os opositores à lei de reserva de mercado.

A esquerda parlamentar teve, em geral, um posicionamento maduro e de relativa importância. De eleitorado eminentemente popular, estes parlamentares tiveram de fazer o difícil jogo de interpretar a longo prazo o complicado conceito de "interesse popular", quando este vem embalado no pacote dos "interesses nacionais". O comportamento conseqüente deste setor serviu, entre outras coisas, para exorcisar certos fantasmas que voltam à tona nos momentos de transição política.

Cada setor alinhado pró ou contra exerceu sobre partidos e congressistas toda a pressão ou influência que tinha ou pensava ter, durante a discussão e votação da lei. Alguns setores parlamentares estavam desde sempre, por razões ideológicas ou "fisiológicas", comprometidos com um dos lados. À medida que as emendas ao projeto original foram sendo interpostas e barganhadas, e que se prenunciavam vetos presidenciais específicos, ficou claro que não haveria nocaute e se esboçou uma modesta mas nítida vitória por pontos do "campo nacionalista".

Questões pendentes e moral da história

Não só pelas emendas mas também pelo jogo de forças na gestão do projeto de lei, este não saiu com a definição enxuta e abrangente do mercado a ser protegido. Ninguém há de se surpreender com isto se levar em conta a composição dos poderes federais. No entanto, na hipótese de uma evolução positiva da economia brasileira associada a uma efetiva democratização, haverá a curto prazo a necessidade de ampliação legal da reserva de mercado, ou, o que seria melhor, de uma reserva mais dinâmica cuja fronteira acompanhe efetivamente a capacidade nacional de oferta.

Também a curto prazo é essencial que se proponha legislação específica para tratar questões essenciais que, por vetos presidenciais ou por outras razões, ficaram fora deste pacote legal.

A privacidade de cada cidadão, que é condição básica para uma democracia, é de tal forma ameaçada por uma informatização maciça, que deve haver cobertura legal específica, garantindo a cada um o direito de conhecer e contestar informações pessoais armazenadas sobre sua pessoa. Para se ter uma idéia, uma rede informática interligando o sistema bancário e creditício pode, seguindo o "rastros" dos talões de cheque e cartões de crédito, determinar em minutos o roteiro da viagem automobilística de um cidadão, sabendo em que postos e restaurantes parou e em que hotéis ficou. Se associada a uma franquia policial, pode ainda, em menos de uma hora, saber que veículo usava, o que comeu e com quem dormiu.

Outro aspecto perturbador da informatização é o que se chama de desemprego tecnológico, ou seja, desemprego gerado por métodos produtivos que minimizam a mão de obra. Se não houver proteção legal, a robotização e automação possibilitadas pela informatização industrial podem desempregar indiscriminadamente, com sérias consequências econômicas e sociais.

Especificamente na área informática, a lei também deixou de contemplar a questão do **software** e o problema educacional. O **software**, que é o conjunto de atividades intelectuais e técnicas (linguagem, análise, programa, metodologia, etc) que viabiliza o uso de um equipamento, é tão vital quanto este e, não raro, mais trabalhoso. A difi-

culdade de "proteger" tal campo, onde a pirataria é mais regra que exceção, não justifica omissão e exige especial cuidado.

Quanto à educação, esta é tão descuidada no Brasil, que é por desencargo de consciência que ainda vale a pena alertar para duas necessidades: aparelhar as universidades para capacitação da ampla gama de profissionais necessários à produção informática autônoma e proteger a educação básica **contra** uma informatização abusiva, despropositada e alienante.

Mesmo antes de se assentar toda a poeira que levantou, há várias lições que se podem tirar da batalha da informática, assistida por todos e compreendida por poucos:

a) Há capital e capital, não é tudo a mesma coisa, e quem não entender isto vai tomar um baile nos próximos anos;

b) Se nem tudo se resolve no parlamento, sem este não haverá nem democracia (burguesa ou qualquer outra) nem interesse nacional preservado; e

c) Há questões de interesse popular que exigem conhecimento específico e, ou nos preparamos para compreender e politizar estas questões ou, qualquer dia, a vontade popular vai ser aferida por uma unidade central de processamento.

Luiz Carlos de Menezes é professor-doutor do Instituto de Física da Universidade de São Paulo.

Unidade Cristã e Reconciliação Social

O ecumenismo é uma das questões centrais que têm atraído a atenção do mundo nas últimas décadas. É tema a que nos propomos debater seriamente, pois se relaciona não só com a vida das Igrejas, mas com o processo social como um todo. Tem perspectivas teológica e secular. Infelizmente, no Brasil, não se tem feito uma discussão mais séria sobre tão importante iniciativa. Há muito desconhecimento e preconceitos sobre o ecumenismo que precisam ser esclarecidos.

Republicamos como documento o artigo do Rev. Miguez Bonino (saiu inicialmente num suplemento do CEI, em 1971), por tratar de forma pedagógica e atual as tensões e desafios que o movimento ecumênico tem proporcionado às Igrejas e aos grupos envolvidos na problemática social dos nossos dias. Recomendamos portanto seu estudo como base de discussão e reflexão.

José Miguez Bonino

O termo “ecumenismo” já entrou, definitivamente, no vocabulário do homem contemporâneo. A imprensa, o rádio, a televisão — tribunais de idéias comuns de nosso tempo — deram-lhe o seu beneplácito. O público, para o qual as palavras têm um valor mais afetivo do que conceptual, vincula “ecumenismo” com paz, fraternidade, reconciliação, unidade, diálogo construtivo e aberto, os termos que simbolizam seus anseios e esperanças. O ecumenismo é bom e o antiecumenismo é mau e retrógrado (preconciliar, se diz em termos católicos). Desde o ponto de vista da comunicação deve-se dar este “clichê” por adquirido.

É precisamente esta situação, entretanto, a que torna urgente a necessidade de esclarecimento, a precisão, a reflexão contínua, a prova crítica, a fim de ir insuflando no termo e símbolos aceitos um conteúdo tal que lhes permita responder às condições históricas concretas em que hoje se coloca o problema da unidade cristã. Em outras palavras, é imperioso evitar que o ecumenismo se cristalize na mente popular em forma de esperanças superficiais, de visões irreais ou alienantes, que logo serão decepcionantes, deixando um saldo de pessimismos, rebeldia e amargura.



O termo ecumenismo incorpora, desde a sua origem, uma dimensão secular, sociológica e, inclusive, geográfica, e, outra, eclesiástica, teológica, missionária. Nesta conjugação encontraremos ao mesmo tempo a dinâmica, a tensão, a importância e a aventura do ecumenismo.

“Oikumene” designa, como já sabemos, tanto no grego clássico como no helenístico, a terra habitada. Em algumas ocasiões é sinônimo puro e simples de mundo, da totalidade da terra; mais frequentemente designa a terra como

cenário da existência e atividade humana — o mundo cultural grego ou o império político de Roma. Assim, “oikumene” recebe uma conotação cultural, em primeiro lugar — é a geografia, a terra, em função humana, como o âmbito onde o homem estende a sua cultura — e, em seguida, uma conotação política — o mundo habitado pela lei.

É a terra habitada, impregnada pela razão grega ou pela ordem romana: é a terra dos homens, não como realidade puramente objetiva, mas a terra da atividade humana.

Quando aparece o Cristianismo a “oikumene”, a terra dos homens, vem a ser o âmbito natural da missão cristã — a consequência lógica do caráter universal do Evangelho. Toda a terra é de Deus, objeto de seu governo soberano e cuidado paternal. “Do Senhor é a terra e a sua plenitude, a “oikumene” e os que nela habitam” sl 24.1; Deus a deu ao homem “para que habite em toda a extensão da “oikumene” Gen

2.15. O propósito de Deus é que humanidade povoe uma “oikumene” integrada pelo amor, governada pela justiça e estabelecida em paz. Jesus Cristo vem a este mundo por amor a todo esse mundo humano — a “oikumene” in-

“O propósito de Deus é que a humanidade povoe uma “oikumene” integrada pelo amor, governada pela justiça e estabelecida em paz”.

teira. Seu ensino, sua ação de amor e, sobretudo, seu sacrifício, são por todo o mundo dos homens: sua ressurreição inaugura uma nova humanidade, uma era nova é aberta a todos os homens e destinada a reuni-los a todos. Assim como a divisão e a mútua destruição tornaram trágica a existência da humanidade, do mesmo modo no Evangelho de Jesus Cristo se inicia uma nova existência humana que deve se estender “até aos confins da ‘oikumene’”.

Esta visão ecumênica do Cristianismo primitivo rompe, inclusive, as limitações culturais e geográficas do uso grego e romano. Nesta nova humanidade “não há gregos ou bárbaros”, “escravos ou livres”, “homem ou mu-

lher”, cidadãos ou estrangeiros. Jesus Cristo é o Senhor de todos os homens — sua autoridade libertadora se estende a todos os confins da terra e, por conseguinte, reúne e abrange a todos os homens, abrindo uma terra humana onde as fronteiras sociais, raciais, culturais ou políticas já não podem opor, definitivamente, os homens. Evidentemente, a Igreja primitiva sabe que essa visão não se realizou. Mas, em princípio, a comunidade cristã, a Igreja, representa a vanguarda, o núcleo e o gérmen desta nova humanidade que deve habitar a terra inteira. Na unidade criadora, livre, aberta e humana da Igreja, que vive do poder reconciliador de Jesus Cristo, se prefigura e se inicia essa

outra unidade humana plena que é o propósito de Deus para toda a terra, para todos os homens, e que ele realizará completamente no seu dia. Ali a intenção cristã e a problemática humana se encontram: o ecumenismo cristão vem a ser, ao mesmo tempo, o núcleo e servidor de uma nova esperança para a humanidade — “uma nova terra ‘oikumene’” onde habita a justiça.”

II

A relação entre as duas buscas ecumênicas — a secular e a da Igreja — adquire hoje uma importância capital para o mundo e alcança um foco histórico decisivo. É talvez por isso que presenciemos um renovado interesse do mundo pelo pensamento e pela ação cristã. Mas, o que é mais importante, esta coincidência coloca sobre a Igreja uma pesada responsabilidade: a de servir o homem em sua busca. E servi-lo à luz de sua mensagem.

CMI

1. Não é necessário gastar muito tempo para sugerir a busca “ecumênica” ao nível da história contemporânea. A situação tem, em alguns sentidos, paralelismos com a do primeiro século de nossa era, a época do nascimento do Cristianismo. O Império Romano atuava, então, como fator de aproximação humana, no mundo Mediterrâneo e, mesmo, mais longe: estradas, segurança, expansão da cultura grega, a lei e, a seu favor, o comércio e o intercâmbio cultural. Em nossa época, a grande revolução industrial, científica e tecnológica tem desempenhado esse papel e, hoje, como já o sabem até as crianças, o mundo se tornou “um grande bairro” e até o espaço se está tornando “oikumene”, casa habitada, espaço do homem. Os acontecimentos políticos, culturais, esportivos, econômicos, perderam sua limitação local: uma mesa de pingue-pongue em Pequim, o mercado de valores de Londres, o governo provincial da Rodhesia ou uma epidemia no gado da Austrália se transformam, de repente, em centros de uma órbita de interesse de amplitude universal.

2. Aqui não é necessário e nem possível mostrar como a pesquisa científica, o desenvolvimento cultural, os meios de comunicação de massa, as linhas ideológicas — para não falar dos interesses econômicos — se concebem a si mesmos em dimensões mundiais e atuam nesses termos. Estas idéias já fo-



ram suficientemente elaboradas a tal ponto de não se necessitar uma exemplificação agora. Basta ler as revistas especializadas em qualquer campo do saber e da atividade humana para se inteirar de que a vida humana hoje — em qualquer lugar — tem uma referência necessariamente ecumênica, e que isso exige a criação de estruturas de comunicação, consulta, decisão, que levem em consideração essa dimensão.

3. O que nem sempre se adverte com clareza é que, neste mundo interdependente, nesta história universal em que convergem nossas histórias isoladas, uma série de fraturas sociológicas, políticas econômicas, ideológicas, criam tensões que adquirem características ameaçadoras para todos os homens.

a) A “universalização de nossa história” se dá no marco do colonialismo e imperialismo econômico — demasiadamente bem documentados como para exigir agora uma prova de minha parte — que submetem a dois terços da humanidade numa crescente dependência, miséria, subdesenvolvimento, enquanto que o terço restante (à custa dos outros) atinge níveis cada vez maiores de opulência (mas, é certo, não sem seus problemas!). A unificação do mundo, longe de trazer uma solução à desigualdade, a agrava, ao favorecer os mecanismos de controle econômico e de facilitá-los mediante a propaganda massiva, a exploração de mercados, mão-de-obra e recursos naturais distantes, e de mil outras formas.

b) É necessário notar, além disso, que estas possibilidades coincidem com o nascimento e desenvolvimento em nossa história de um “ethos” universal — ao qual o Cristianismo não é, de forma alguma, alheio: o anelo, a exigência, a busca da dignidade humana, de uma humanização da vida, coletiva e individualmente. O homem do século XX não pode conceber a sua vida e seu futuro de outra forma senão afirmando a sua decisão de ganhar e desfrutar “os direitos fundamentais do homem, a dignidade e o valor da pessoa humana, a igualdade de direitos de homens e mulheres, de nações...” Trata-se de homens, grupos de gerações, classes sociais, grupos raciais, nações que tomam consciência de seu caráter de atores do drama histórico e não simples objetos de decisões alheias. Os aspectos econômicos e políticos desta busca — fundamentais como são — não de-

vem ser isolados desta dimensão humana total, que se percebe claramente, por exemplo, no mundo intelectual e juvenil dos países mais desenvolvidos e, técnica e economicamente, poderosos.

III

Quem não entender o problema do ecumenismo cristão na perspetiva deste panorama de encontro e conflito do homem em nossa época, terá uma visão muito minguada de fé e da unidade desejadas por Deus. Quem não vir estes movimentos da história, com suas luzes e suas sombras, só conseguirá fazer do ecumenismo cristão uma questão de sacristia — uma pequena reconciliação doméstica de uma insignificante querela doméstica — que só poderá arrancar da humanidade um sorriso de indulgência ou um bocejo de tédio.

Entretanto, qual é, mais exatamente, a relação entre o propósito unitivo de Deus, o afã reconciliador do Evangelho e a unificação factual e os crescentes conflitos de nossa história contemporânea? Nenhum corpo eclesástico significativo pode ignorar esta pergunta. A Igreja Católica Romana e o Conselho Mundial de Igrejas, por exemplo os dois organismos cristãos mais marcantes (embora muito diferentes entre si) confrontam este problema constantemente; tanto na crescente intercomunicação como na violentas tensões que uma e outro experimentam, o demonstram claramente. Que fazer então? Creio que estamos presenciando três respostas típicas que descrevo um tanto esquematicamente, mas que provavelmente se reconhecerão sem dificuldade.

(1) Há, no entanto, aqueles que se ressentiriam mesmo desta colocação. Quando a Comissão de Fé e Constituição do Conselho Mundial de Igrejas anunciou como tema de sua reunião “A Unidade da Igreja e a unidade da Humanidade”, não faltaram os que nos advertiram de que o Conselho estava abandonando seu objetivo fundamental: a unidade cristã. Semelhantes discussões acompanharam também o debate sobre o decreto “De Ecumenismo” do Concílio Vaticano II. A unidade da Igreja se dá em torno da fé em Jesus Cristo, a revelação de Deus, e, portanto, concerne à Igreja e não deve misturar-se com o problema humano geral, cujas soluções correspondem a



outra ordem de coisas. Igualmente, os conflitos da Igreja têm sua base em pontos de vista divergentes no que se refere a essa revelação particular, e, portanto, não têm nada que ver com as divisões e tensões humanas. Quando muito, a unidade cristã permitirá aos cristãos agir mais de acordo no nível geral. Mas não somente se devem distinguir aqui os planos, mas mantê-los separados para evitar infiltrações ideológicas, políticas ou seculares em geral, no problema do ecumenismo cristão.

Tal solução parece muito conseqüente, e, sobretudo, muito “limpa”. Mas, desgraçada ou afortunadamente — e seja dito com todo o respeito àqueles que a sustentam — não serve:

a) porque na história real todos os conflitos acoçam a vida de todas as igrejas. “Não há hora mais segregada nos Estados Unidos — disse alguém — do que no domingo às 11 da manhã” (a hora do Culto). Todas as igrejas norte-americanas se vêem hoje divididas pela confrontação racial. A incidência dos conflitos ideológicos e políticos no Catolicismo de meu país, por exemplo, ocupa as páginas dos jornais diariamente. Tal coisa não é de hoje: o historiador nos dirá que, freqüentemente, por trás dos conflitos doutrinais, se deixam ver facilmente fraturas sociais, econômicas, nacionais. Um verdadeiro ecumenismo encontra a problemática da tensão social humana dentro da própria problemática da unidade cristã.

b) os que mantêm a separação se vêem obrigados, em conseqüência, a conceber a unidade em termos puramente doutrinários ou estruturais-institucionais: um credo único, um governo único. Esta unidade formal, entretanto, tem muito pouco que ver com o conceito cristão de unidade, que é, fundamentalmente, “comunhão”, a saber, uma **qualidade de existência humana** caracterizada pela mútua entre-

“A relação entre as duas buscas ecumênicas — a secular e a da Igreja — adquire hoje uma importância capital para o mundo e alcança um foco histórico decisivo”.

ga, serviço, solidariedade, unidade de propósitos, uma co-participação ativa e concreta nas tarefas, nas responsabilidades, na missão histórica da fé. A unidade doutrinária e estrutural não é alheia a esta “comunhão”, mas de nenhuma maneira a substitui.

c) esta “comunhão”, esta qualidade de existência humana comum que o Novo Testamento exige do povo cristão, não é um fim em si, mas, como dissemos, um “projeto” divino que se dirige a toda humanidade — o propósito de Deus de integrar todas as coisas em Cristo. Por conseguinte, a eliminação desta dimensão humana do problema da unidade cristã é inaceitável, não só prática como teologicamente.

(2) A segunda resposta afirma a relação entre a reconciliação cristã e reconciliação humana. Com efeito, Paulo diz: “Deus nos reconciliou consigo e nos deu o ministério da reconciliação”. E Jesus mostrou aos “criadores da paz” (pacificadores) uma recompensa particular: serão chamados “filhos de Deus”

“... assim a Igreja... como um lábaro alçado ante todos os povos, comunicando o Evangelho da paz a todo o gênero humano...” (Concílio Vaticano II. De Oec.).

Com esta base se afirma a tarefa reconciliadora da Igreja. Nela, se afirma, se transcendem as diferenças de raça, classe, cultura, nação, que separam os homens. E assim, a Igreja deve chamar os homens a sua reconciliação, superando as inimizades e os conflitos, as estreitezas nacionalistas ou de classe. Por essa razão as autoridades eclesásticas se oferecem muitas vezes como mediadoras nos conflitos.

Esta posição parece muito clara e coerente. Nesta forma simples e direta, entretanto, se trata de um perigoso equívoco, que supõe que a “reconciliação” em Cristo se traduz em qualquer ordem de pacificação social. A Igreja cristã tem sido levada, com base neste equívoco, a patrocinar formas e estruturas de “paz social” e de “ordem” que trazem em si a semente de sua própria destruição. À miúdo tem derramado unguento nas feridas infectas da sociedade. Tem procurado acalmar, de-

masiado rapidamente, a inquietação e a desconformidade dos homens, fazendo-se mais uma vez credora da grave acusação de “ópio do povo” que Marx endereçou à religião em geral.

Duas falácias podem ser apontadas nesta identificação imediata de reconciliação em Cristo com pacificação social.

a) A primeira é uma leitura unilateral da própria Bíblia. Não há dúvida de que ali se anuncia que “em Cristo” não há “judeu nem grego”. Mas é “em Cristo”, isto é, na aceitação da obra de Cristo pela qual um e outro renunciam aos seus erros, à escravidão à lei e à idolatria, para se encontrarem, **convertidos**, na base da mútua entrega em amor. Não é um simples encontro de ambos “tal como são”, mas, mediante esta conversão, o auto-esvaziamento da própria vaidade. Ou seja, a reconciliação passa pelo caminho da cruz. Jesus Cristo não pacifica sem custo: o jovem rico deve vender o que tem, Zaqueu devolve os bens mal-adquiridos — um aceita o preço da reconciliação, o outro não. Paulo desenvolve um combate contra os judaizantes que pretendem aceitar os gentios ao preço de uma capitulação a eles e às suas condições. O Antigo Testamento — que faríamos bem não deixar de lado ao tratar deste tema — está cheio de conflitos que somente são resolvidos pela vitória de uns e a derrota de outros. Deus mes-

mo conduz conflitos que reclamam sua justiça, castigam a perversidade, restabelecem o direito e, então, através do juízo, introduzem a esperança da paz.

b) Isto nos mostra a segunda grave tergiversação: a do conceito de paz. A Conferência de Medellín o assinala claramente, ao dizer:

“A paz não é ... a simples ausência da violência e derramamento de sangue.” “Três notas caracterizam... a concepção cristã de paz. A paz é, antes de tudo, obra da justiça. Supõe e exige a instauração de uma ordem justa... A paz, em segundo lugar, é uma atividade permanente... não é passividade nem conformismo... A paz é, finalmente, fruto do amor”.

No Antigo Testamento os profetas clamam contra uma paz sem justiça. “Ai daqueles que curam levemente as feridas de meu povo! Ai daqueles que clamam: paz! paz! e não há paz!” A paz de que fala a Bíblia não é qualquer classe de concordia, pacificação ou ordem, mas a justa relação entre Deus, os homens e as coisas, a dinâmica criação de uma ordem humana.

(3) Esta compreensão tem levado alguns cristãos a conceber a missão da Igreja como a “contestação”: aguçar e intensificar os conflitos até levá-los ao desenlace — inclusive, através da violência quando isto é necessário. É preciso que se demonstrem agudamente as contradições de uma sociedade onde não existe a verdadeira paz. É necessário obstruir o caminho da toda possibilidade de paz baseada na injustiça, na supressão dos direitos de alguns, na capitulação da humanidade de certos grupos, classes e raças. Isto só se consegue mediante a auto-afirmação dos setores oprimidos, que só adquirem sua verdadeira humanidade em seu confronto com o opressor. Somente a partir desta dignidade, reconquistada na luta, é possível pensar numa reconciliação em justiça, uma verdadeira paz.

Admitida esta perspectiva, sobrevém a necessidade de trasladar à própria comunidade cristã este conflito de oprimidos e opressores. Como posso comungar — me dizia outro dia um jovem leigo católico — junto com um senhor que escraviza em sua fábrica meio milhar de operários? Cito trecho de um interessante livro norte-americano: “Black Theology and Black Power”.

“Em primeiro lugar, seja-me permitido dizer que a reconciliação em ba-



CMI

ses racistas brancas é impossível, porque esmagaria a dignidade dos negros. Em tais condições, os negros devem acumular sua hostilidade, trazê-la plenamente à consciência como uma qualidade irreduzível de sua identidade. Se os brancos insistem em ditar as regras do jogo da reconciliação, que só podem significar que os negros neguem a beleza de sua negritude, em tal caso, os negros devem fazer todo o possível para destruir essa coisa branca... Portanto, a teologia negra crê que a reconciliação só é possível e produtiva se os negros tiverem o espaço necessário para se realizarem como tais. A própria comunidade negra deve fixar as leis do jogo.” (pag. 144 ss.).

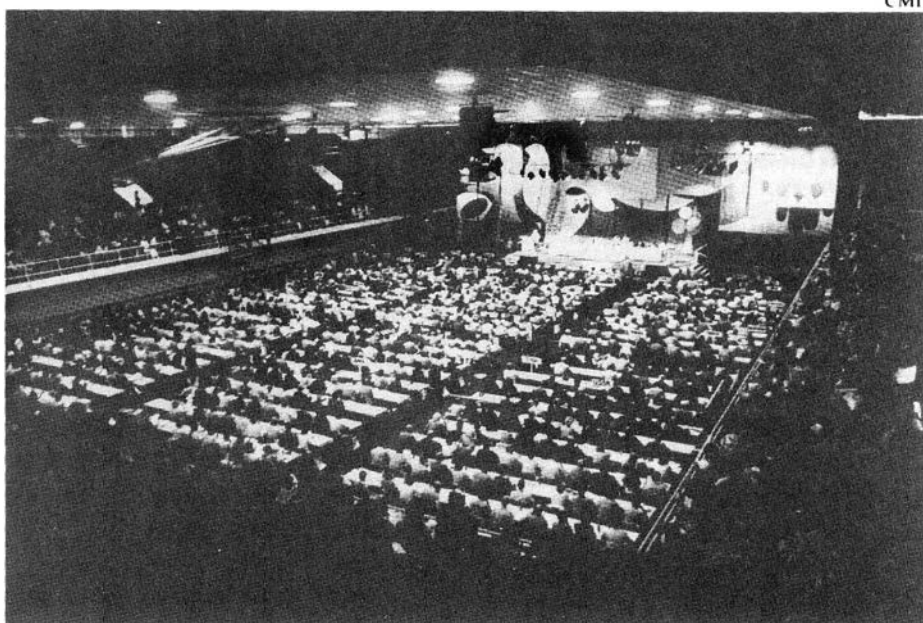
Isso pode significar a necessidade de dividir a Igreja — ao menos temporariamente — a fim de assegurar este espaço, que hoje não existe na igreja dos brancos.

Torna-se difícil pensar que a comunidade chamada à reconciliação não pode cumprir sua tarefa senão exacerbando os conflitos. Às vezes, ao lermos declarações desta espécie, temos a penosa sensação de que se fez do conflito um novo ídolo, outorgando-lhe virtudes curativas em si mesmo. Daqui, parece haver um só passo para a tese famosa de F. Fanon que atribui à violência um papel messiânico. A dialética do amor e a contestação é mais complicada do que esta simples tese de conflitos que se resolvem excitando-os até que venham a explodir. Mas aqueles que estamos demasiado comodamente instalados no “lado branco” do conflito — e especialmente os teólogos que temos a tendência de brincar com estas coisas — deveríamos cuidar-nos de criticar com complacência uma situação da qual os cristãos somos em boa medida responsáveis.

IV

Que podemos dizer depois de nos depararmos com a ineludível responsabilidade de vincular a unidade cristã com a reconciliação humana, e de comprovar, ao mesmo tempo, a solidariedade cristã com o conflito social que não admite pacificações fáceis? Permitam-me apenas algumas observações que não pretendem ser uma solução para os cristãos, mas pontos de encontro para a discussão do tema.

(1) A primeira é a respeito do lugar



VI Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas

que realmente deve ocupar a Igreja. A situação de “Cristandade” já passou — graças a Deus — e a Igreja não é chamada a “ditar” à sociedade nem as condições de sua paz e nem as de seus conflitos. Tampouco pode a sociedade pretender impor à Igreja as formas de unidade ou de divisão da mesma. Não é inútil recordar este fato, porque a tentação não está de todo ausente — tanto para os conservadores como para os revolucionários:

“As narrativas da Tentaçao (de Jesus) são particularmente importantes para nosso tema. A missão de Jesus a todos os homens se deixa ver claramente, no fato de lhe serem oferecidos os reinos do mundo. É convidado a introduzir a paz universal. O padrão da **pax romana** parece governar o relato. Jesus recusa esta possibilidade. Age dentro dos limites particulares que lhe foram designados.” (The Unity of the Church and the Unity of Mankind “Material do Conselho Mundial de Igrejas”). (F 0, 5)

A Igreja não é chamada a ditar a paz, a estabelecê-la, mas a servi-la. Se tenta o primeiro ponto, só conseguirá — já o fez mais de uma vez — estabelecer novas condições de opressão e novas divisões em seu seio. Porque, inevitavelmente, se fará escrava da “paz de alguém”, constantiniana, imperial, branca, vermelha, americana. Sua presença “sacralizará” essa paz, sancionando as suas injustiças.

(2) A unidade da Igreja, a reconciliação da comunidade cristã, não é, pois, um produto de exportação, mas um “paradigma”, humildemente oferecido ao homem em seus conflitos e em sua ânsia de comunidade. A primeira tarefa da Igreja a serviço da reconciliação humana é “ser igreja”, isto é, ilustrar a qualidade de comunidade que o poder reconciliador de Cristo cria. Não podemos, agora, deter-nos nessas características: uma comunidade de homens livres, uma comunidade que se alcança pelo arrependimento, a disposição de servir, uma comunidade que se realiza em todos os níveis da existência, uma comunidade pela mútua entrega a um projeto comum (comunidade de missão), uma comunidade aberta, uma comunidade solidária com o passado mas aberta ao futuro, uma comunidade de mútua subordinação em amor. Todas estas coisas têm consequências enormes para a estrutura de uma sociedade justa. Mas os cristãos devemos nos cuidar de não tornar fáceis — e dogmáticas — as tradições. Importa mais que a Igreja “seja” estas coisas do que as “ensine”.

(3) A afirmação anterior não nos pode servir de desculpa para evitar as decisões com respeito a alguns dos conflitos que dividem a humanidade. A Igreja de Cristo não está a favor de alguns homens — ocidentais ou orientais, ricos ou pobres, brancos ou negros — e contra outros.

Porque a Igreja é do Deus de todos os homens. Mas está por todos os homens **em termos da justiça e da verdade de Deus**. E, portanto, não pode permanecer alheia a estes conflitos. Entra aqui o conceito de militância e de disciplina eclesial, que penetra toda a Bíblia. A Igreja conhece uma linha de divisão: a que foi estabelecida pelo próprio Jesus Cristo, a linha de sua justiça e de sua verdade. A pregação de Jesus foi, como ele mesmo disse, “uma espada” que separava os homens, que perturbava suas falsas reconciliações, unidades e paz.

Habitualmente pensamos que se trata exclusivamente da divisão produzida em torno da “doutrina”. Felizmente, hoje, vamos compreendendo que o Evangelho é uma unidade indissolúvel e “quem nega a dignidade de um ser que Deus criou e por quem Jesus Cristo deu sua vida é tão culpado de heresia como o que nega um artigo da fé.” A Igreja sempre reconheceu que há “confissões”, verdades pelas quais alguém confessa ser discípulo de Cristo, ou o atreia. Parece-me que Deus nos leva a descobrir hoje, no campo ético, algumas dessas verdades: não é esse o significado da afirmação dos bispos em Medellín?

“Temos visto que nosso compromisso mais urgente é purificarmos no espírito do Evangelho todos os membros e instituições da Igreja Católica. Deve terminar a separação entre a fé e a vida, porque em Jesus Cristo o único que importa é “a fé que age por meio do amor”. “A Igreja Latino-americana, reunida na Segunda Conferência Geral de seu Episcopado, centralizou a sua atenção no homem deste continente, que vive um momento decisivo de seu processo histórico. Deste modo, ela não se “desviou” mas “voltou-se” para o homem, consciente de que para conhecer a Deus é preciso conhecer o homem.”

Isto significa que a Igreja tem que distinguir entre as verdadeiras e falsas unidades e entre as verdadeiras e falsas distinções. Por uma parte está a legítima diversidade de que é o resultado da riqueza da criação de Deus e que não é incompatível com a unidade; temperamentos, culturas, formas de expressão. Por outra estão as falsas distinções introduzidas pelo pecado. E estão ainda



CMJ

as formas falsas de paz baseadas na escravidão ou na supressão da legítima expressão humana. Isto é o que os autores de “uma teologia negra” nos dizem com razão.

(4) Introduce-se, assim, o grave problema da unidade e separação dentro da comunidade eclesial, dentro do povo cristão. Não existem soluções fáceis, principalmente, não há receitas prontas para todos os casos e todas as épocas. Cada igreja em cada lugar e em cada época tem que lutar para descobrir, em agonia, quais são as distinções e divergências que podem subsistir dentro da fé comum em Jesus Cristo e o conseqüente serviço dos homens, e em quais a própria verdade está em jogo. E (acrescentaria como protestante), só pode amparar-se no perdão misericordioso de Deus por seus erros. Somente me atrevo a concluir com três breves observações a esse respeito:

(a) À luz desta problemática, a maior parte de nossas atuais divisões se torna totalmente artificial. Poderia encontrar diversos pontos doutrinários que me separam de um católico, um ortodoxo e um luterano. Mas, realmente, que significam? São verdadeiras linhas de separação? Não são mais graves outras que me separam de outros metodistas? As verdadeiras crises da fé não correm pelas linhas das confissões tradicionais, senão que as cruzam. Por isso, e com razão, os jovens olham com assombro e desdém uma igreja que continua empenhada em lutas nas quais nada vêem em jogo. Um movimento ecumênico que simplesmente se insere nestas velhas linhas de combate resulta um interessante passatempo — um jogo de palavras cruzadas — mas não pode interessar vitalmente ao homem.

(b) Uma segunda observação é que esta distinção entre as divergências

compatíveis com a fé comum e a linha irreduzível de confissão não pode ser alcançada desde o exterior dos problemas e conflitos humanos. A equanimidade resultante da não participação não é uma verdadeira equanimidade, mas indiferença e, por conseguinte, traição. Somente quando os cristãos tomam a responsabilidade de proclamar a totalidade da mensagem de Cristo, com todas as suas conseqüências para o homem e a sociedade, de fazê-lo concretamente em seu mundo — neste mundo de fome e subdesenvolvimento, de exploração e violência — e convidar o próprio povo cristão a atuar valentemente no mundo a serviço desta mensagem — só, então, se notarão as linhas de verdadeiro conflito e de verdadeira tolerância.

(c) Finalmente, na perspectiva do propósito final de Deus de reconciliar todas as coisas em Cristo, nossos conflitos, mesmo os mais graves e reais, não podem ser menos que penúltimos. Nenhuma de nossas batalhas é a “batalha final”. Nenhum dos inimigos que enfrentamos é o “último inimigo”, o verdadeiro “Mal”. Nossos contrastes não são nunca branco e negro, mas cinzentos. Mesmo assim, nossa unidade, nossa paz, nossa reconciliação não são a Paz, a Unidade, a Reconciliação. Não se trata de negar seriedade à tarefa histórica, mas de colocá-la em perspectiva. Uma perspectiva que é decisiva, em primeiro lugar, porque nos impede de absolutizar nossos conflitos: são funcionais, têm que ver com a consecução de um novo nível de vida humana — o inimigo de hoje, o explorador, o opressor, deverá ser assumido, amanhã, num novo plano, como irmãos, como parte de minha própria existência. Por outro lado, nos impede de absolutizar nossas realizações — elas também são funcionais. A paz, a justiça da nova ordem social, econômica, política, terão de ser perturbadas, contestadas, a fim de se moverem para um novo conflito e a uma nova paz. Jesus Cristo é o que oferece nesta história a reconciliação além do conflito e o conflito além da reconciliação, até que se estabeleça a reconciliação final, a unidade de todas as coisas nele, que é a Verdade e a Justiça.

José Miguez Bonino é teólogo metodista argentino, professor da Faculdade de Teologia de Buenos Aires e ex-presidente do Conselho Mundial de Igrejas.

dos são preciosos e em que todos compartilham um ministério em prol da vida do mundo, como foram comissionados pelo batismo. A presença de jovens proporcionou um sinal esperançoso e convenceu-nos de que devem ter participação plena na igreja.

Quando ouvimos a respeito de crianças comendo papel molhado para afastar a agonia da fome, fomos lembrados de que alguns de nós vivem nas vizinhanças de relativa luxúria e autocomplacência, enquanto outros vêm de áreas em que milhões sobrevivem no limiar da inanição. A criação de Deus está sendo espoliada para prover super-abundância para alguns. A pobreza ameaça a sobrevivência e aumenta a explosão populacional em muitos lugares. Privação e opressão levam alguns a guerras de libertação. Recursos são desperdiçados em outras guerras, o comércio de armas e a crescente corrida armamentista intensificam as tensões entre Leste e Oeste, zombando da segurança e ameaçando a vida no mundo com um holocausto nuclear.

Assim, nos voltamos para as fontes de nossa fé, como todos devem fazer nas comunidades das igrejas. Não há tempo para desespero nem para negligência. Onde houver restrições aos direitos humanos e violações contra a dignidade de pessoas, conclamamos e nos comprometemos a trabalhar em favor da liberdade de expressar a consciência própria sem temor. Onde a pobreza força o povo a condições sub-humanas, nos comprometemos a aprender melhor o significado de sermos criados à imagem de Deus, e não apenas estenderemos ajuda direta que capacita a outros ajudarem-se a si mesmos, mas trabalharemos em prol de um mundo com sistemas políticos e econômicos mais equitativos e justos. Reaprenderemos o mandato de Deus de cuidarmos da criação. Encorajados pelo ato de reconciliação de Deus através de Jesus Cristo, não

nos ajustaremos a um nacionalismo vaidoso, mas proferiremos nossas orações em favor de melhores relações entre todos os povos. Exercitaremos nosso amor Cristão em conjunto com pessoas sensatas que desejam o bem-estar em todo o mundo e trabalham para fortalecer a esperança de paz. Assim esperamos crescer na unidade de amor e de serviço tanto quanto de fé.

Entretanto, carentes de perfeição, sitiados pelo pecado, ameaçados pelo mal demoníaco, sobrevivemos somente pela fé. A esperança cristã não está fundamentada em nosso próprio vigor; está sedimentada nos atos de Deus. Cristo ofereceu-se a si mesmo na cruz em favor de todos os povos e Deus o ergueu dentre os mortos. O Espírito Santo incumbiu a igreja de testemunhar as boas novas através dos tempos, de modo que atingiu também a nós. Agora somos convocados à missão. Reconhecendo que a missão é central para a vida da igreja, e ouvindo a respeito da multidão que ainda não recebeu o evangelho, conclamamos as igrejas a engajarem-se em ação conjunta na missão, e, com suas comunidades, intensificarem o alcance missionário localmente e ao redor do mundo.

Regoziamo-nos com toda oportunidade de proclamar o evangelho livremente e sofremos com aqueles que a tem restringida. Não somos chamados a ser um espelho de nossa sociedade, mas a ser sol e luz. Ao nos identificarmos com o povo no mundo, nos comprometemos a um serviço com a marca da cruz de Cristo. Nós, e todos nas comunidades cristãs em toda parte, temos o privilégio de sermos filhos da esperança. Confessamos que nosso Senhor Jesus retornará em glória e oramos com todos os cristãos: "Amém. Vem, Senhor Jesus." (Apocalipse 22.20). "E a paz de Deus, que excede todo o entendimento, guardará os vossos corações e as vossas mentes em Cristo Jesus." (Filipenses 4.7)

Assine as publicações do CEDI

Tempo e Presença — Revista Mensal —

Cr\$ 10.000,00 anuais (Brasil)

- ☐ US\$ 116 (América Latina)
- ☐ US\$ 122 (América do Norte)
- ☐ US\$ 144 (Europa, África e Ásia)

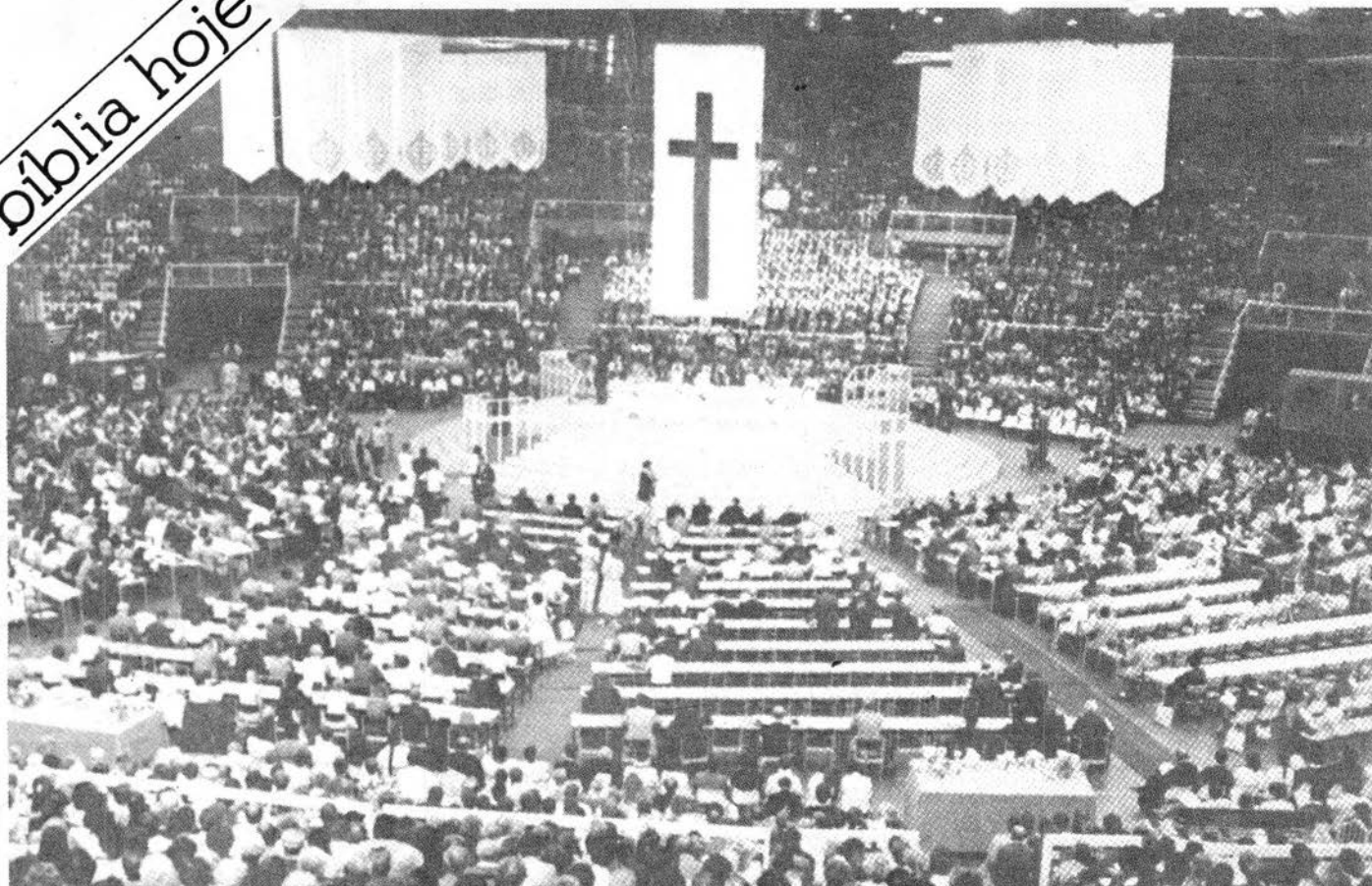
Aconteceu — Boletim

Cr\$ 5.000,00 anuais (Brasil)

- ☐ US\$ 58.00 (América Latina)
- ☐ US\$ 66.00 (América do Norte)
- ☐ US\$ 72.00 (Europa, África e Ásia)

O pedido de assinatura deverá ser feito através de cheque nominal para o CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Estado: _____
Tel.: _____ Profissão: _____ Idade: _____
Publicação que assina: _____



Abertura da VII Assembléia Geral da FLM.

Mensagem da VII Assembléia da Federação Luterana Mundial, de 1984, às Igrejas Luteranas do mundo

“O Deus da esperança vos encha de todo o gozo e paz no vosso crer, para que sejais ricos de esperança no poder do Espírito Santo”.

Nós, delegados à Assembléia, enviamos a vocês essas palavras de Romanos 15.13 como um selo de nossa experiência durante as duas semanas em que adoramos, estudamos e deliberamos em torno do tema “Em Cristo — Esperança para o mundo”.

Vimos um sinal dessa esperança no fato de termos nos reunido de todas as partes do mundo como luteranos que compartilham uma confissão conjunta de fé em Cristo. Reunindo-se em Budapeste, Hungria, a Federação realizou sua assembléia pela primeira vez num país socialista da Europa Oriental. Nosso encontro aqui e a hospitalidade que recebemos nos mostraram que na igreja de Cristo podemos ter confiança um no outro e podemos construir pontes entre os povos através de fronteiras políticas e ideológicas.

Esta Assembléia afirmou mais explicitamente do que nunca a unidade das igrejas-membros na comunhão em torno do altar e da proclamação da palavra de Deus no púlpito. Olhou ainda além de sua própria comunidade para o recente crescimento na unidade visível com outras igrejas. À medida em que tem ocorrido convergência teológica, desenvolveu-se uma urgência em traduzir os resultados para dentro da vida prática e dos relacionamentos das igrejas e comunidades.

Unidade e esperança são frequentemente turvadas no mundo e na igreja por desigualdade e tensão entre Norte e Sul, entre mulheres e homens, entre gerações e entre raças. Às vezes houve dificuldade em alcançar concordância na Assembléia. Lembrando que em Cristo não há judeu nem grego, escravo nem liberto, homem nem mulher, nossa esperança cresceu em favor de uma igreja incluyente, em que os dons de to-

(Continua na pág. 19)